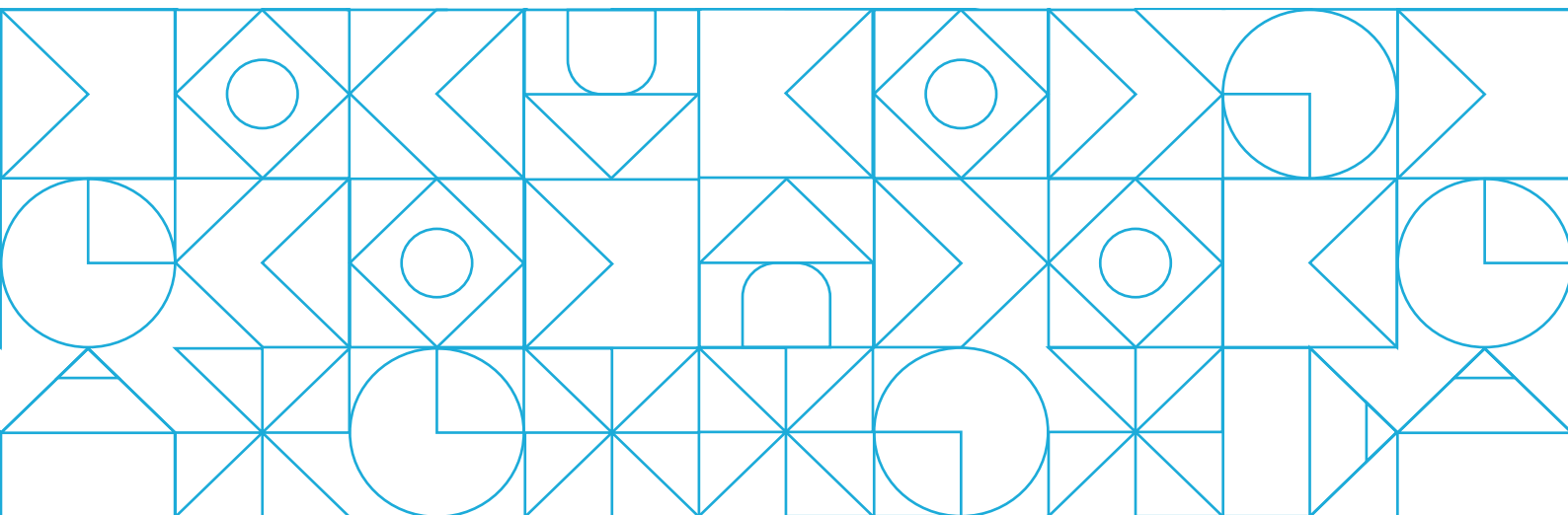




REFERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS **POLÍTICAS DA SECADI**

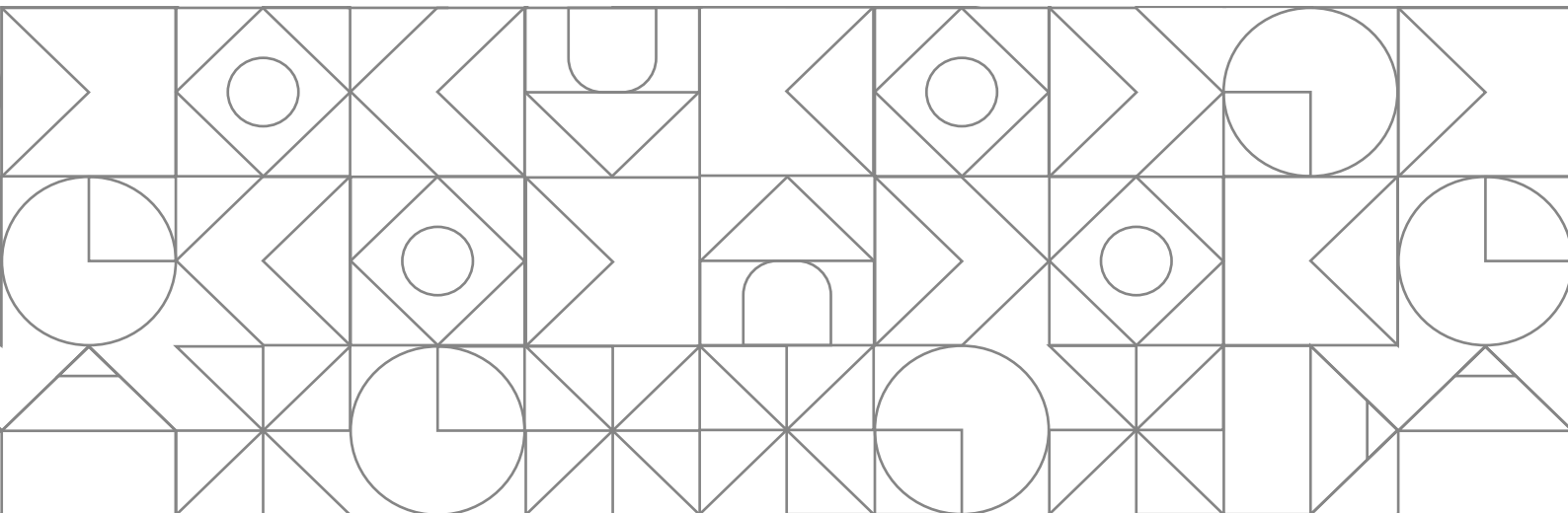
Educação de Jovens e Adultos





REFERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS **POLÍTICAS DA SECADI**

Educação de Jovens e Adultos



Ficha Técnica

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO - MEC

Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO

DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE

E INCLUSÃO - SECADI/MEC

Zara Figueiredo

COORDENADOR-GERAL

DE EQUIDADE EDUCACIONAL

Caio de Oliveira Callegari

COORDENADOR-GERAL DE AVALIAÇÃO,

MONITORAMENTO E FORTALECIMENTO

DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE

Francisco Moraes da Costa Marques

DIRETORA DE ALFABETIZAÇÃO

E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ana Lucia Sanches

COORDENADOR-GERAL

DE ALFABETIZAÇÃO

Paulo Roberto de Sousa Silva

COORDENADORA-GERAL DE EDUCAÇÃO

DE JOVENS E ADULTOS

Mariângela Graciano

ASSISTENTE TÉCNICA

Vania do Carmo Nóbile

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Karoline Belo

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

Lucas Fernandes Hoogerbrugge

Guilherme Ferreira Soares

PRODUÇÃO TÉCNICA

Flavia Costa Oliveira

Caio de Oliveira Callegari

Priscilla Bacalhau Velloso da Silveira

APOIO TÉCNICO

Aline Fernandes de Paula Freitas

Bruno de Castro Rozenberg

Emília Lucy Nogueira Marinho

Marina Pan Chacon Liberman

Alice Pinheiro Cravo

REVISÃO

Lucas Fernandes Hoogerbrugge

Caio de Oliveira Callegari

Karoline Belo

Guilherme Ferreira Soares

Vinicius Espalucci Campos

EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Karoline Belo

DESIGN E ILUSTRAÇÕES

Arthur Eduardo de Oliveira Morais

DUO Design

DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO TEXTUAL

DUO Design



Sumário

CARTA DE APRESENTAÇÃO 6

INTRODUÇÃO 8

N1 - INDICADORES-CHAVE PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL 10

ACESSO 10

TRAJETÓRIA 11

APRENDIZAGENS 13

REFERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIDADE NA EJA 17

N2 - INDICADORES-CHAVE DA EJA 19

DIMENSÕES DO MACROPROCESSO

“CHAMADA PÚBLICA E BUSCA ATIVA PARA MATRÍCULA NA EJA” 22

SÍNTESE DAS RUBRICAS DO MACROPROCESSO

“CHAMADA PÚBLICA E BUSCA ATIVA PARA MATRÍCULA NA EJA” 23

RUBRICAS DE MATURIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

E ROTAS DE PROGRESSÃO 24





CARTA DE APRESENTAÇÃO

A plena efetivação da educação como direito constitucional exige mais do que a garantia de acesso à escola: ela passa, necessariamente, pelo princípio da qualidade. Qualidade que não se mede apenas pela aferição de indicadores de desempenho, mas que se materializa na capacidade do sistema educacional garantir condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento integral a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, seu território, gênero, pertença étnico-racial ou deficiência.

É nesse ponto que a equidade se torna central na agenda da educação: ao distribuir recursos, estratégias e oportunidades de acordo com o que cada grupo necessita, ela cria condições para assegurar que as diferenças de desempenho não sejam determinadas por circunstâncias sociais ou econômicas que escapam ao controle dos estudantes e de suas famílias.

Concretizar esse compromisso, contudo, exige da gestão educacional muito mais do que reconhecer as desigualdades existentes – exige agir sobre elas de forma estratégica e intencional. Esse é um desafio que não se resolve apenas com a formação dos docentes, mas passa, sobretudo, pelos processos de gestão que organizam o funcionamento das redes de ensino.

Uma rede que desconhece o tamanho da demanda e o perfil de sua população jovem e adulta não alfabetizada dificilmente estruturará estratégias eficazes de busca ativa, mobilização de matrículas e ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ainda que disponha de professores qualificados. Da mesma forma, redes que não orientam suas escolas na elaboração de Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) capazes de reconhecer e valorizar as especificidades de estudantes indígenas ou quilombolas dificilmente assegurarão que esses estudantes se sintam pertencentes ao espaço escolar e tenham suas identidades respeitadas no processo educativo.



Por essa razão, a promoção da equidade exige mais do que premissas e princípios normativos. Ela precisa estar incorporada aos processos concretos de gestão das redes de ensino.

É nesse sentido que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), após anos dedicados à construção e à consolidação das políticas voltadas às populações historicamente excluídas, dá um passo adiante com os presentes Referenciais de Implementação: oferecer às redes de ensino instrumentos para que a equidade deixe de ser apenas um valor proclamado e se torne prática institucionalizada.

Em diálogo com a construção do Marco Referencial de Equidade na Educação, este material orienta gestores e equipes das Secretarias de Educação na incorporação da equidade aos processos de gestão, apresentando dimensões estratégicas, parâmetros, indicadores e orientações práticas que auxiliam as redes a identificar seu nível de maturidade institucional e a avançar, de forma progressiva e estruturada, na implementação de políticas capazes de reduzir desigualdades e garantir condições efetivas de aprendizagem para todos os estudantes.

Que este material seja, antes de tudo, um convite à ação e uma contribuição concreta para que o direito à educação se realize, de fato, na vida de cada estudante brasileiro.

Zara Figueiredo

Secretária de Educação Continuada, Alfabetização
de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC)





INTRODUÇÃO

Os Referenciais de Implementação das Políticas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), foram elaborados como um instrumento de apoio à gestão educacional, com o objetivo de auxiliar as Secretarias Estaduais, Municipais e Distrital de Educação na identificação de desafios, no planejamento de ações e no aprimoramento de políticas e estratégias voltadas à promoção da equidade e ao reconhecimento da diversidade no sistema educacional.

Este material está estruturado de forma modular, permitindo que gestores e equipes técnicas possam consultá-lo de acordo com as suas necessidades específicas, seja para realizar diagnósticos da rede, seja para aprimorar processos de gestão ou orientar a implementação de políticas educacionais.

Os Referenciais estão organizados em dois conjuntos complementares de conteúdo. Um reúne os macroprocessos de gestão das redes de ensino que influenciam diretamente a capacidade de garantir o direito à educação com qualidade para todos os estudantes, entre os quais se destacam: diagnóstico e planejamento das redes; Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e gestão escolar; avaliação, indicadores e monitoramento na escola; organização da oferta formativa; regime de colaboração; financiamento e gestão financeira; currículo e supervisão pedagógica; material didático; gestão da participação e controle social; alocação docente; carreira; e capacidade institucional das redes de ensino.

O outro conjunto apresenta os referenciais específicos das seguintes modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Escolar do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos, sendo que cada uma discute os processos de gestão priorizados para assegurar que as políticas educacionais atendam às especificidades sociais, culturais e territoriais dos diferentes públicos da educação básica.



Além disso, cada capítulo dos referenciais está organizado em torno de três eixos metodológicos principais, que devem ser compreendidos como etapas complementares de análise e ação.

O primeiro eixo é composto pelos indicadores críticos, organizados em dois níveis. Os de nível 1 (N1) apresentam as evidências sobre acesso, trajetória e resultados educacionais, permitindo às redes identificarem onde as desigualdades se manifestam de forma mais intensa. Já os de nível 2 (N2) estão relacionados aos processos de gestão das redes de ensino e ajudam a compreender em que medida as práticas institucionais contribuem – ou não – para a promoção da equidade. A análise conjunta desses indicadores permite às Secretarias construir uma leitura diagnóstica baseada em evidências sobre a sua realidade educacional.

O segundo eixo é composto pelas rubricas de autodiagnóstico, que permitem às redes de ensino avaliarem o seu estágio de desenvolvimento em relação a processos essenciais de gestão para a promoção da equidade. Cada rubrica descreve quatro níveis de maturidade institucional – do nível 1 ao nível 4 –, indicando, de forma progressiva, como determinado processo pode evoluir ao longo do tempo. A partir dessa análise, as Secretarias conseguem identificar com maior clareza quais processos já estão estruturados, quais ainda são incipientes e quais precisam ser fortalecidos.

O terceiro eixo apresenta as rotas de progressão e os materiais de apoio, que traduzem de forma prática o caminho necessário para avançar de um nível de maturidade para o outro. Essas rotas indicam ações concretas que podem ser adotadas pelas redes de ensino para aprimorar seus processos de gestão e fortalecer a implementação das políticas educacionais, além de apontar ferramentas, metodologias e referências que auxiliem esse desenvolvimento.

Recomenda-se que o uso deste material seja conduzido de forma coletiva e orientada pelas equipes técnicas das Secretarias de Educação, as quais, inicialmente, podem realizar uma leitura dos indicadores e das rubricas para construir um diagnóstico sobre a situação da rede em relação à promoção da equidade. A partir desse diagnóstico, o material pode subsidiar reuniões de planejamento e definição de prioridades, orientando a elaboração de estratégias e ações para o aprimoramento dos processos de gestão e das políticas educacionais.





N1 - INDICADORES-CHAVE PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE EDUCACIONAL

Os indicadores a seguir sintetizam os desafios centrais relacionados ao acesso, à permanência e à aprendizagem dos estudantes brasileiros, evidenciando desigualdades educacionais persistentes nas redes e entre grupos populacionais. Mais do que um retrato nacional, este panorama é um ponto de partida para uma jornada de transformação.

Convidamos as equipes gestoras a explorar estes dados, refletir sobre como essas desigualdades se manifestam em seus próprios territórios, identificar as prioridades e construir, com intencionalidade e justiça, os caminhos concretos para reduzir as desigualdades e avançar na garantia do direito à educação para todos.

Acesso



Nas últimas décadas, o Brasil avançou na garantia do acesso à educação básica para a maior parte da população, em especial no Ensino Fundamental. Entre os indivíduos registrados no Cadastro Único (CadÚnico), instrumento que identifica famílias de baixa renda, os percentuais dos que estão matriculados na escola são altos para todas as faixas etárias obrigatórias.

Ainda assim, há desigualdade observada no recorte étnico-racial. Em todas as faixas etárias, crianças e jovens indígenas apresentam as menores taxas de matrícula. Apenas 83,4% das crianças indígenas de 4 a 5 anos estavam matriculadas na escola, dado distante dos pelo menos 92% registrados para as demais classificações raciais.

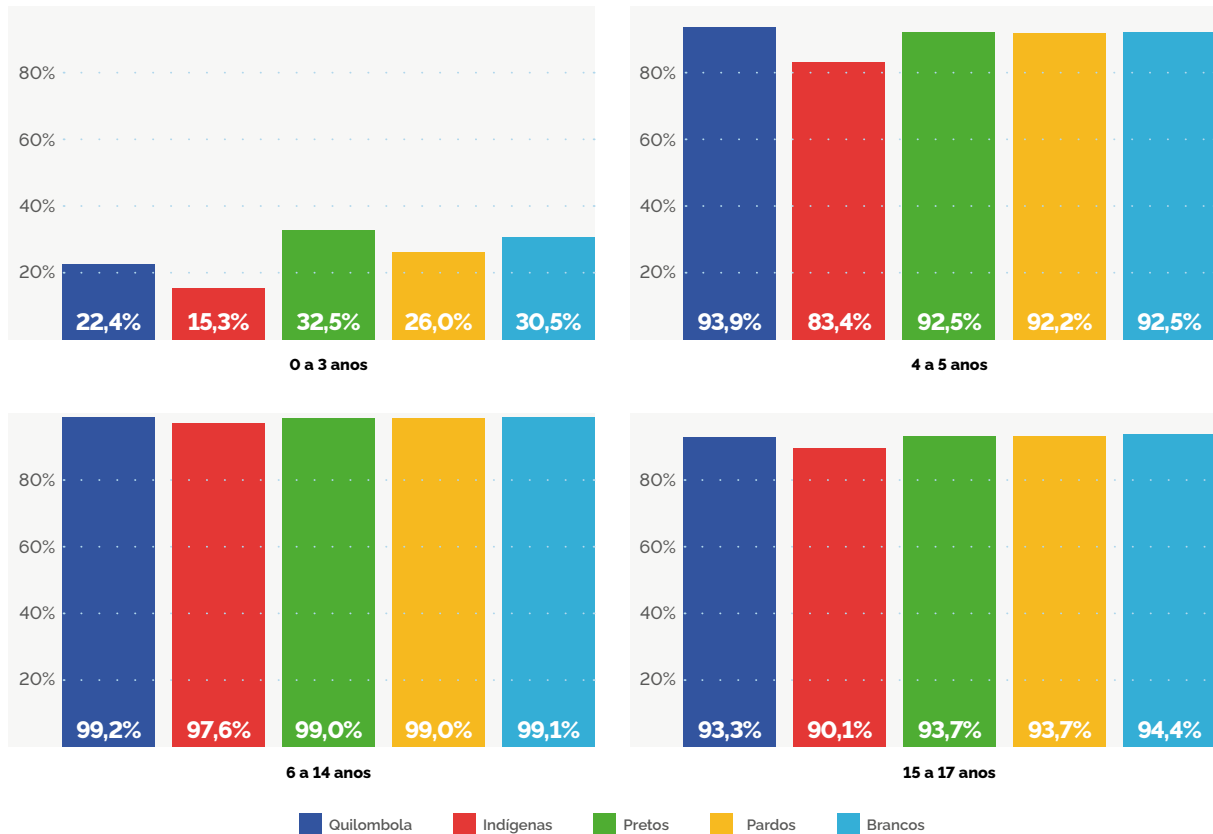
Na faixa etária de 0 a 3 anos, o percentual de crianças matriculadas varia de 15% entre indígenas para mais de 30% entre crianças brancas e pretas no CadÚnico. Estes valores ficam muito aquém das demais idades, refletindo a necessidade de ampliação do acesso a creches para toda a população.



Figura 1

**PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS EM IDADE ESCOLAR QUE
ESTÃO MATRICULADOS NA ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA**

Fonte: Base CadÚnico (setembro/2025).



Trajetória

Enquanto se observam poucas disparidades raciais no acesso à educação, as desigualdades se intensificam na permanência e trajetória dos estudantes ao longo da vida escolar. Em todas as etapas, a Educação Escolar Indígena apresenta elevadas taxas de distorção idade-série, reprovação e abandono, enquanto os menores percentuais são da população branca.

Da mesma forma, a Educação Especial enfrenta altas taxas de distorção idade-série, ao passo que a Educação Quilombola registra os maiores índices de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Figura 2

**TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE POR ETAPA DE ENSINO,
GRUPO POPULACIONAL E MODALIDADE**

Fonte: Censo Escolar 2024.

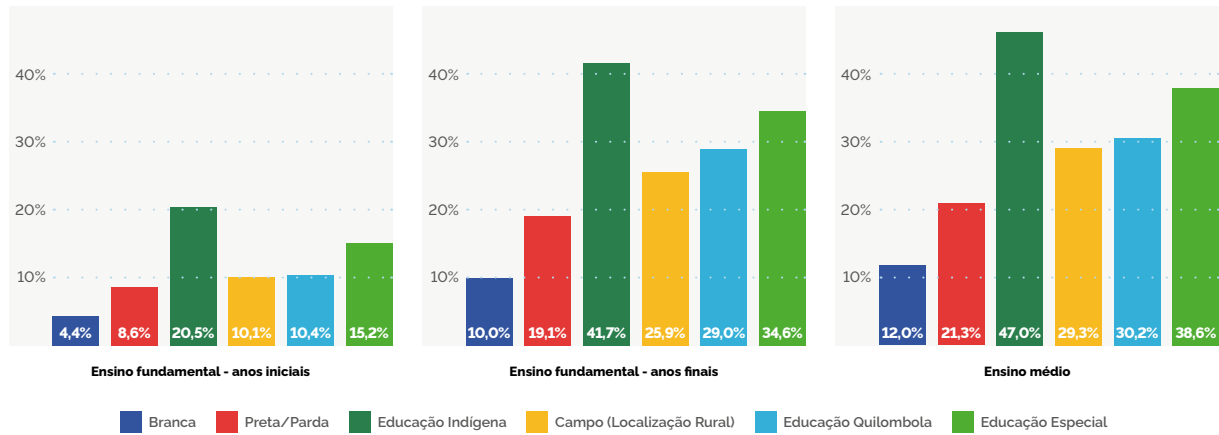


Figura 3

**TAXA DE REPROVAÇÃO POR ETAPA DE ENSINO,
GRUPO POPULACIONAL E MODALIDADE**

Fonte: Censo Escolar 2024.

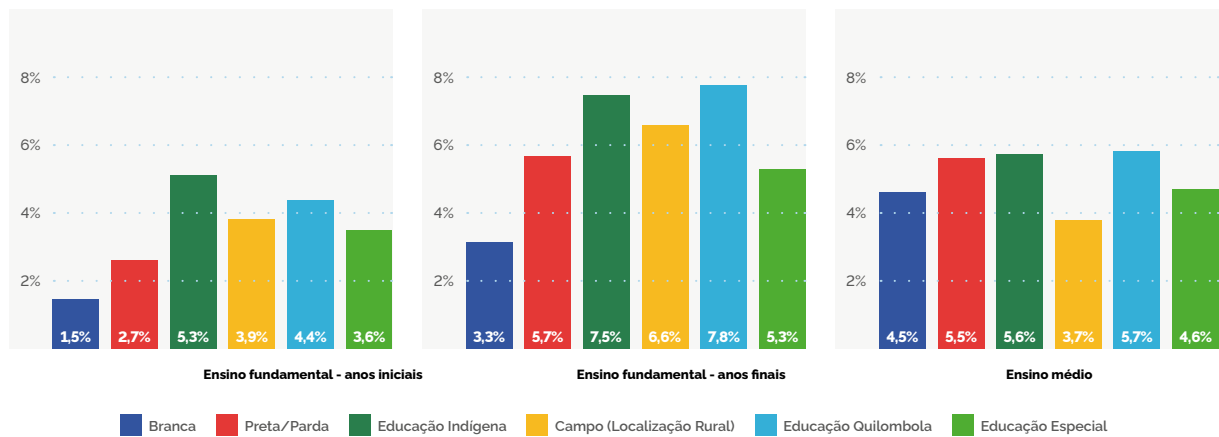
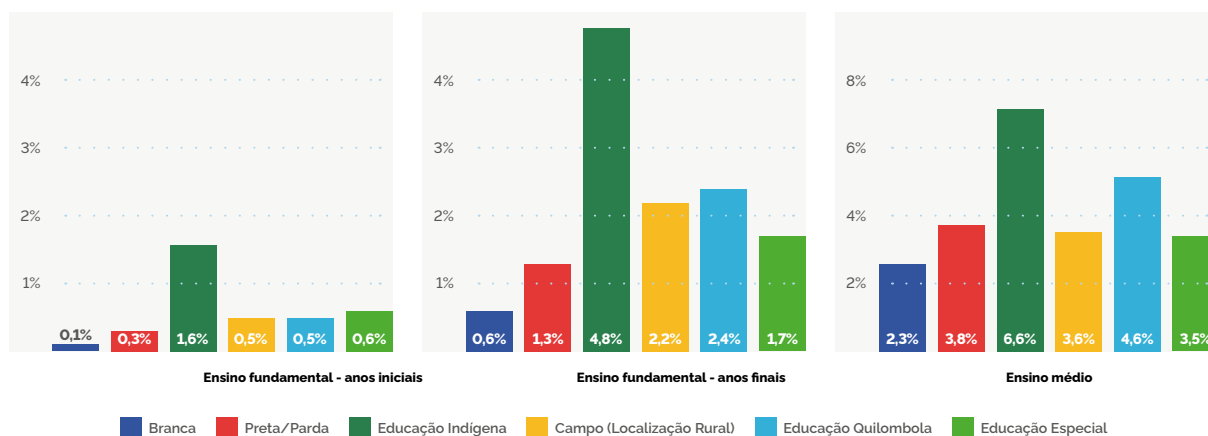


Figura 4

**TAXA DE ABANDONO POR ETAPA DE ENSINO,
GRUPO POPULACIONAL E MODALIDADE**

Fonte: Censo Escolar 2024.



Observação:

A definição da população para Educação Escolar Indígena, Educação Escolar do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação Especial Inclusiva se dá pela oferta da modalidade nas escolas, enquanto a população branca e preta/parda refere-se a autodeclarações dos estudantes.

Aprendizagens

As desigualdades na trajetória escolar dos estudantes se refletem na aprendizagem. A evolução dos dados de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostra que as desigualdades raciais na aprendizagem se mantêm ao longo da última década. No 5º ano do Ensino Fundamental, por exemplo, a proficiência das crianças brancas e pardas é semelhante, porém se distancia no 9º ano, quando os estudantes brancos apresentam proficiência média superior aos seus pares. Estudantes pretos e indígenas permanecem com os menores níveis de proficiência, reflexo de sustentadas desigualdades na trajetória escolar.

As disparidades no aprendizado, de igual forma, são evidentes em termos socioeconômicos. Existe uma relação direta entre o nível socioeconômico dos estudantes e seu desempenho nas avaliações: quanto maior a renda, maior a proficiência. No entanto, as desigualdades raciais permanecem mesmo entre os alunos de escolas com níveis socioeconômicos semelhantes, ressaltando a necessidade de ações específicas para enfrentá-las de forma interseccional e intencional.

A redução das desigualdades socioeconômicas e raciais medidas pelo Saeb pode ser acompanhada pelo cumprimento da Condicionalidade III do Valor Aluno Ano Resultado, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (VAAR-Fundeb). Metade das Unidades da Federação reduziu essas desigualdades em pelo menos 70% de seus municípios; contudo, permanece um número significativo de municípios que ainda não estão habilitados para acessar os recursos do VAAR.

Figura 5

**EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA
MÉDIA EM LÍNGUA PORTUGUESA
DO 5º ANO EF, POR RAÇA/COR**

Fonte: Saeb 2015–2023.

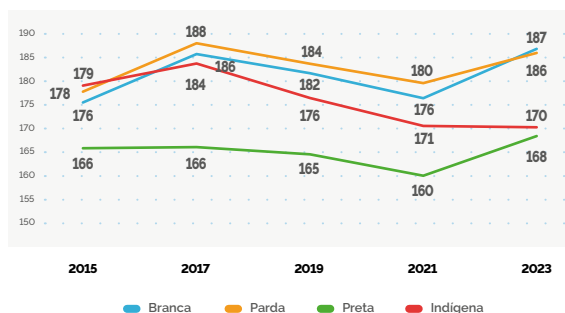


Figura 6

**EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA
MÉDIA EM MATEMÁTICA
DO 5º ANO EF, POR RAÇA/COR**

Fonte: Saeb 2015–2023.

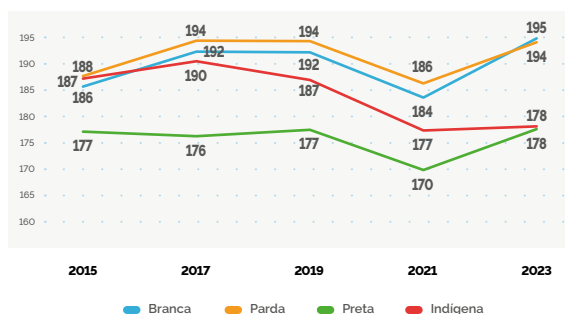


Figura 7

**EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA
MÉDIA EM LÍNGUA PORTUGUESA
DO 9º ANO EF, POR RAÇA/COR**

Fonte: Saeb 2015–2023.

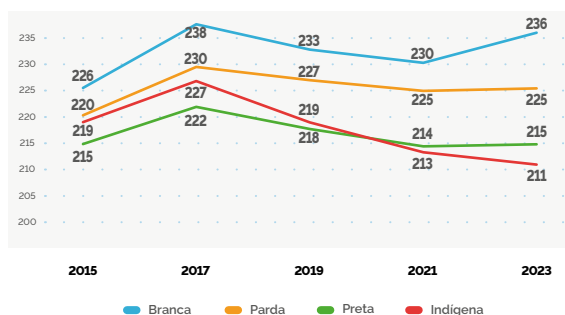


Figura 8

EVOLUÇÃO DA PROFICIÊNCIA MÉDIA EM MATEMÁTICA DO 9º ANO EF, POR RAÇA/COR

Fonte: Saeb 2015–2023.

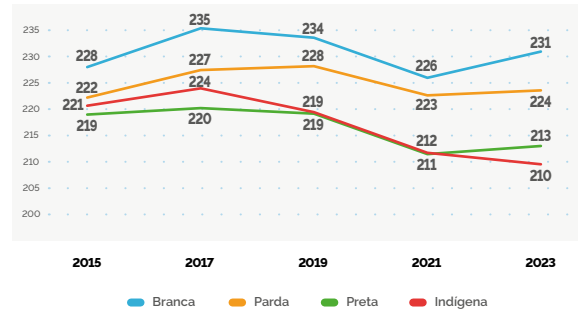


Figura 9

PROFICIÊNCIA MÉDIA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO 5º ANO EF, PELO INDICADOR DE NÍVEL SOCIOECONÔMICO (INSE) DA ESCOLA

Fonte: Saeb 2015–2023.

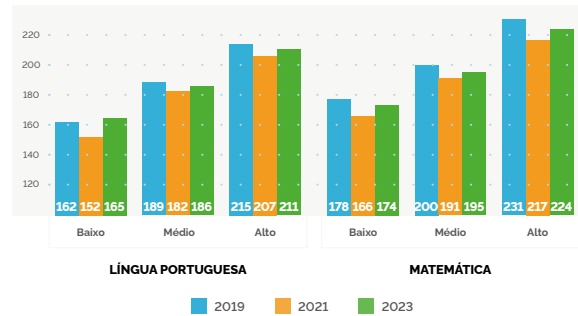


Figura 10

PROFICIÊNCIA MÉDIA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO 9º ANO EF, PELO INSE DA ESCOLA

Fonte: Saeb 2015–2023.

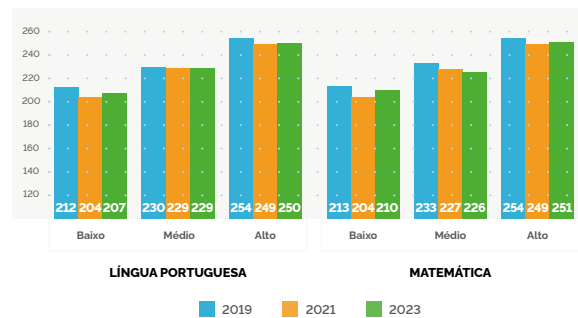


Figura 11

PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO 5º ANO EF COM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA E LÍNGUA PORTUGUESA, PELO INSE DA ESCOLA E POR RAÇA/COR DO ESTUDANTE

Fonte: Saeb 2023.

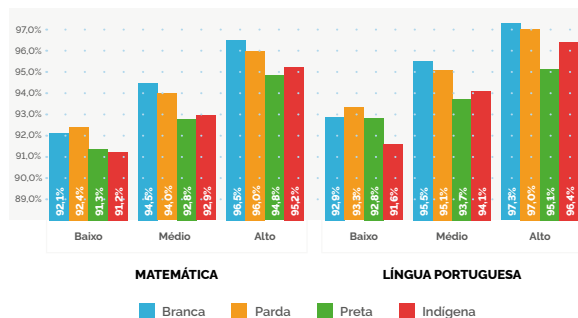


Figura 12

PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO 9º ANO EF COM APRENDIZADO ADEQUADO EM MATEMÁTICA E LÍNGUA PORTUGUESA, PELO INSE DA ESCOLA E POR RAÇA/COR DO ESTUDANTE

Fonte: Saeb 2023.

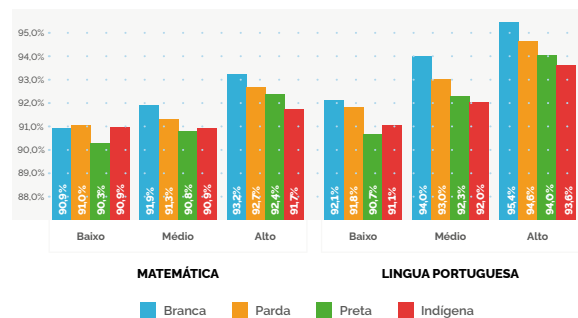


Figura 13

**PERCENTUAL DE ESTUDANTES DO
3º ANO EM COM APRENDIZADO
ADEQUADO EM MATEMÁTICA E LÍNGUA
PORTUGUESA, PELO INSE DAS ESCOLAS
E PELA RAÇA/COR DO ESTUDANTE**

Fonte: Saeb 2023.

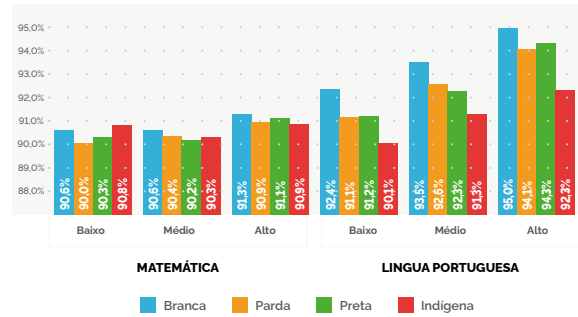
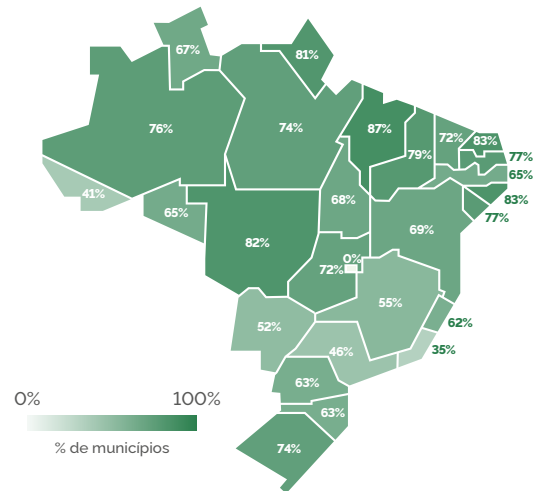


Figura 14

**PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE
REDUZIRAM AS DESIGUALDADES
SOCIOECONÔMICAS E RACIAIS
MEDIDAS NO SAEB**

Fonte: Indicador de Condicionabilidade III do VAAR Fundeb 2026.



Observação:

Foi utilizado o Inse das escolas, calculado pelo Inep¹, classificando os níveis I e II como baixos; III, IV e V como médios; e VI e VII como altos.

¹ Mais informações em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 17 mar. 2026.



REFERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIDADE NA EJA

A EJA permanece como dimensão central do direito à educação no Brasil, diante da persistência de elevados contingentes populacionais que não acessaram ou não concluíram a educação básica na idade adequada. Conforme dados do Censo Demográfico² de 2022, cerca de 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais não são alfabetizadas, além de aproximadamente 68 milhões de pessoas que não concluíram a educação básica, o que representa um público potencial expressivo para a EJA.

Paradoxalmente, observou-se uma retração significativa da oferta de EJA nos sistemas públicos de ensino entre 2015 e 2024, com leve aumento das matrículas municipais para 2025. De acordo com dados do Censo Escolar³, o número de matrículas nessa modalidade diminuiu aproximadamente 35% em dez anos, representando 1,2 milhão de estudantes a menos.

Neste cenário, a SECADI/MEC tem buscado desenvolver novas formas de apoio aos gestores de educação para enfrentar os desafios históricos da EJA e promover a ampliação do acesso, da permanência e da qualidade social nessa modalidade de ensino.

Pensando nisso, os **Referenciais de Implementação de Equidade na EJA** foram criados para trazer um repertório estruturado de gestão educacional visando auxiliar as Secretarias Municipais, Estaduais e Distrital de Educação a encontrar estratégias claras para melhorar a oferta da EJA. O foco está nos seguintes macroprocessos de gestão:

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).



1) Chamada pública na EJA: organização das estratégias de busca ativa para efetivação das matrículas, com o objetivo de ampliar o acesso à EJA em cada território. Para tanto, são apresentadas práticas que promovem um ciclo de engajamento na rede de ensino – desde o mapeamento da demanda potencial até a organização das escolas para as matrículas, incluindo a mobilização prévia da comunidade e o registro da demanda por vagas.

2) Organização da oferta diversificada por EJA: conjunto de práticas de gestão educacional para que o funcionamento da modalidade responda à diversidade do público potencial da EJA, bem como aos diferentes territórios e contextos sociais. O objetivo é transformar o modo de "fazer EJA" na rede de ensino, ampliando o interesse dos jovens, adultos e idosos em um modelo pedagógico mais afinado às suas realidades – com ações curriculares, de organização dos tempos e espaços da EJA e com diferentes estratégias de acompanhamento de trajetórias, avaliação e certificação.

Os **Referenciais de Implementação de Equidade na EJA** fazem parte das estratégias do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos.





N2 - INDICADORES-CHAVE DA EJA

A EJA desempenha um papel central na garantia o direito à educação para as pessoas que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos na idade adequada. Acompanhar os indicadores específicos dessa modalidade é fundamental para orientar a gestão das redes de ensino, permitindo mensurar a demanda não atendida e analisar a capacidade de atendimento das redes.

Os indicadores apresentados nas figuras seguintes apoiam a formulação e o monitoramento de políticas educacionais, auxiliando os gestores a planejar a expansão ou a reorganização da oferta, direcionar os recursos e fortalecer as estratégias de busca ativa e permanência, de modo a ampliar o acesso e reduzir as desigualdades educacionais.

Os dados a seguir indicam que a capacidade atual de oferta está aquém da demanda potencial, reforçando a necessidade de estratégias de planejamento que ampliem o acesso, fortaleçam a permanência e considerem as especificidades do público da EJA na organização da rede.

Figura 15

**NÚMERO DE
MATRÍCULAS
DA EJA**

Fonte: Censo Escolar (2019–2025).

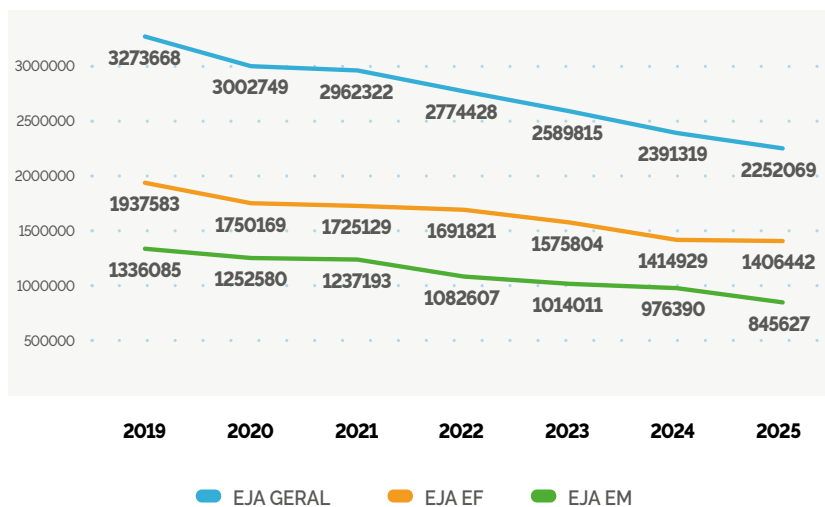


Figura 16

**TOTAL DE
TURMAS DA EJA**

Fonte: Censo Escolar (2019–2025).

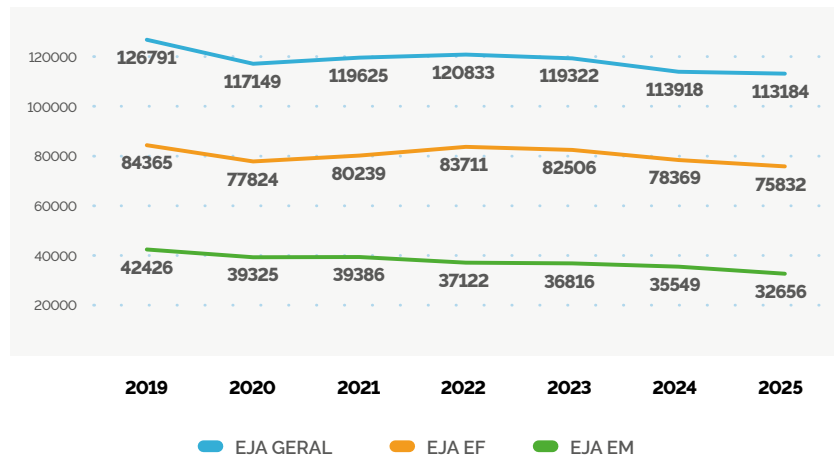


Figura 17

**MÉDIA DE
ALUNOS POR
TURMA DA EJA**

Fonte: Censo Escolar (2019–2025).

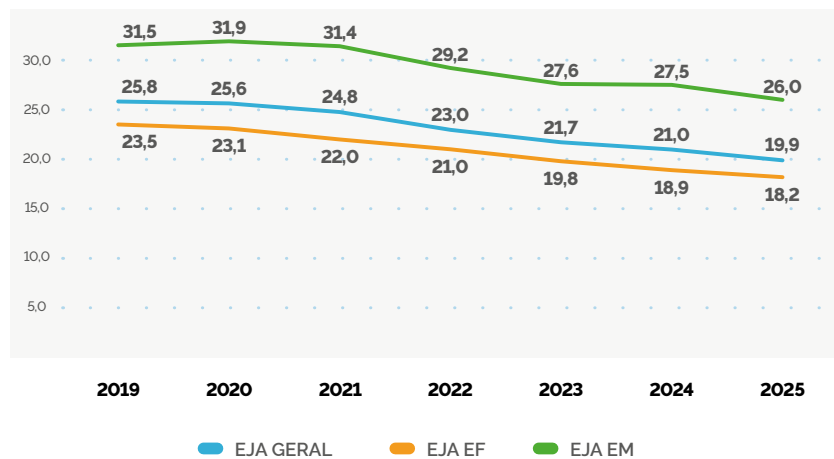


Figura 18

**PÚBLICO
POTENCIAL DA EJA**

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD -C) - 2º trimestre 2019-2025.

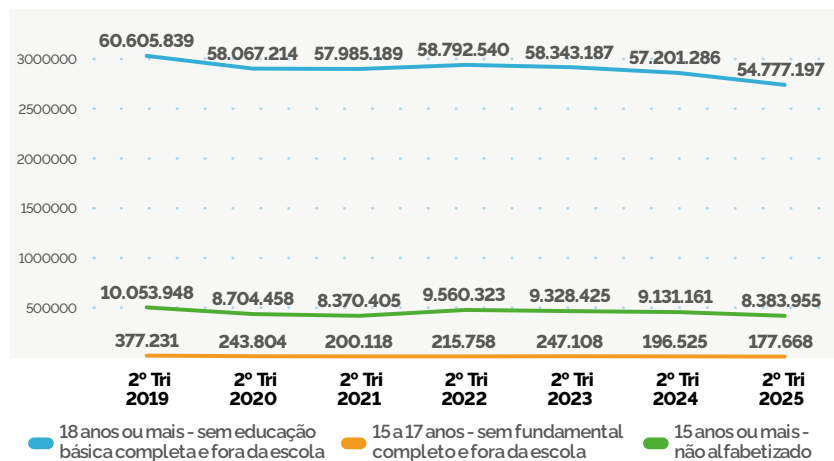


Figura 19

MUNICÍPIOS SEM NENHUMA OFERTA DE EJA (FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL OU PRIVADA)

Fonte: Censo Escolar (2019–2025).

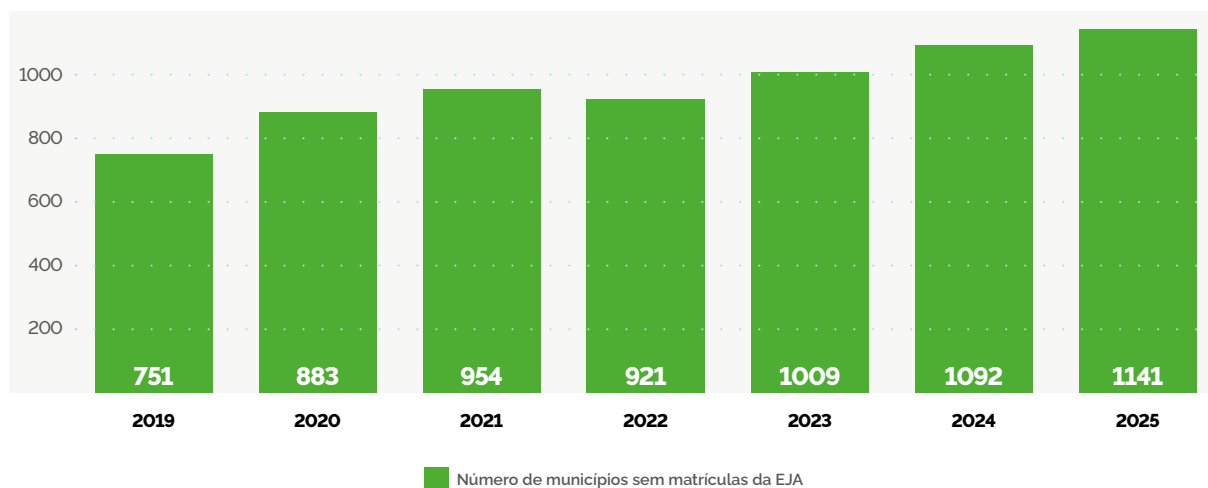
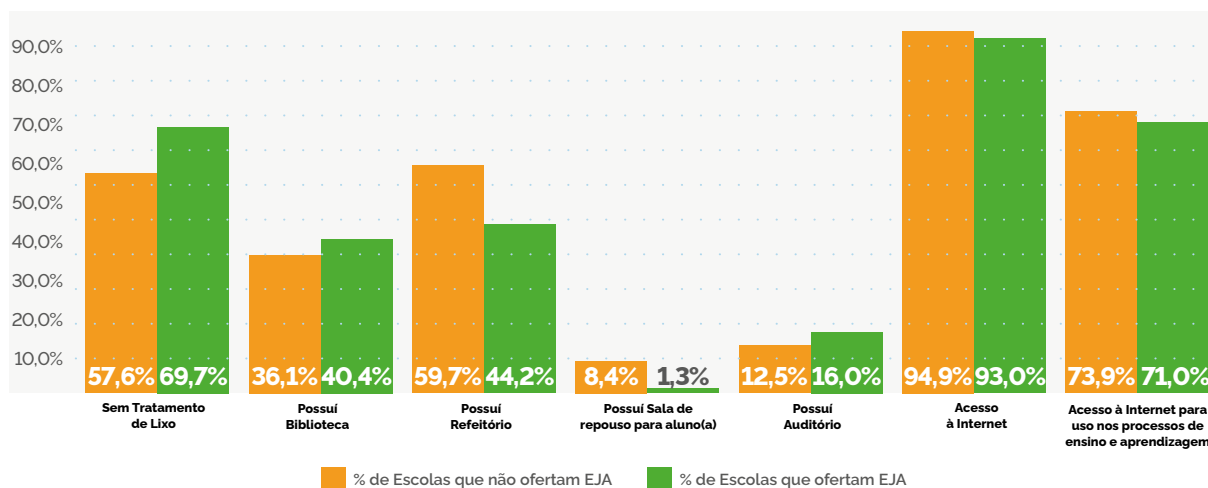


Figura 20

INFRAESTRUTURA NAS ESCOLAS EM RELAÇÃO À OFERTA DE EJA

Fonte: Censo Escolar 2025.





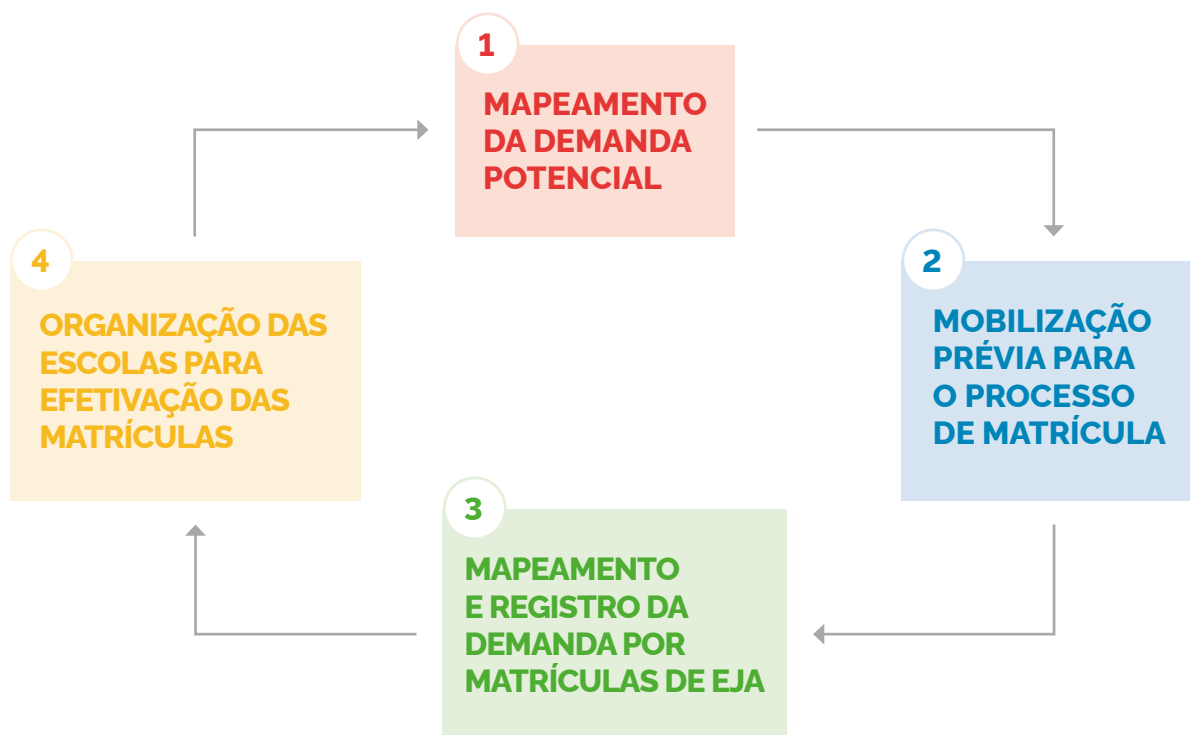
DIMENSÕES DO MACROPROCESSO “CHAMADA PÚBLICA E BUSCA ATIVA PARA MATRÍCULA NA EJA”

A seguir, são apresentadas as quatro dimensões dos macroprocessos de gestão priorizados para a EJA. Cada dimensão inclui uma **rubrica de autodiagnóstico** e uma **rota de progressão**. As rubricas permitem às Secretarias de Educação avaliar o estágio de maturidade dos processos de gestão vinculados à promoção da equidade na EJA, descrevendo de forma progressiva os diferentes níveis de desenvolvimento institucional. Já as rotas de progressão apresentam as orientações práticas para apoiar as redes de ensino a avançar de um nível de maturidade para outro, indicando caminhos, estratégias e ações que podem ser adotadas para fortalecer a implementação das políticas e aprimorar a oferta dessa modalidade educacional.

Figura 21

DIMENSÕES DOS MACROPROCESSOS DE GESTÃO PARA A EJA

Fonte: Elaboração própria.



Síntese das rubricas do macroprocesso “chamada pública e busca ativa para matrícula na EJA”

1. Mapeamento da demanda potencial

Nível 1

A rede de ensino não realiza o mapeamento da demanda potencial do público de EJA.



Nível 4

Mapeamento da demanda potencial contínuo, georreferenciado, intersetorial e identificando populações e territórios prioritários a partir do cruzamento de bases de dados disponíveis.

2. Mobilização prévia para o processo de matrícula

Nível 1

A rede de ensino não realiza mobilização prévia para o processo de matrícula em EJA.



Nível 4

Mobilização semestral com ênfase nas populações e territórios prioritários, com rede intersetorial e de atores da sociedade civil participando ativamente.

3. Mapeamento e registro da demanda por matrícula de EJA

Nível 1

A rede de ensino e suas escolas não mapeiam e não registram as pessoas interessadas em estudar na EJA.



Nível 4

Mapeamento, registro e análise contínuos, via sistema informatizado de identificação da demanda por EJA, tendo pelo menos um servidor formado em cada escola para operá-lo e com apoio dos diferentes equipamentos públicos no território.

4. Organização das escolas para efetivação das matrículas

Nível 1

A rede de ensino não tem processos estruturados para abertura de novas turmas e efetivação de matrículas da EJA.



Nível 4

Processo coordenado para efetivação da matrícula a qualquer tempo, com períodos semestrais de mobilização intersetorial intensificada, com base na análise de dados. Há atendimento para populações e territórios prioritários, com abertura das escolas em três turnos.



Rubricas de maturidade de implementação

1. MAPEAMENTO DA DEMANDA POTENCIAL ⁴			
NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
A rede de ensino não realiza o mapeamento da demanda potencial do público de EJA.	A rede de ensino organiza e utiliza dados de maneira pontual/esporádica para identificar a demanda potencial.	A rede de ensino realiza, pelo menos uma vez ao ano , o planejamento da demanda potencial por território a partir do cruzamento de dados de diferentes fontes , incluindo o CadÚnico.	A rede de ensino realiza o mapeamento da demanda potencial de forma contínua, georreferenciada, intersetorial e identificando populações e territórios prioritários a partir do cruzamento de dados de bases disponíveis.

Rota de progressão

➤ Do nível 1 para o nível 2

O primeiro passo na evolução do mapeamento da demanda potencial consiste em **estabelecer com clareza os profissionais responsáveis** pelo acompanhamento dos dados referentes à população potencial para matrícula na EJA.

Além disso, é preciso **realizar um levantamento inicial da demanda potencial** a partir do uso de bases de dados já existentes, como os registros das áreas de Assistência Social e de Saúde em sua Prefeitura. Esse processo permite uma primeira identificação da demanda nos territórios, ainda que de forma pontual e não sistemática.

⁴ Demanda potencial refere-se ao público em idade e nível escolar adequados para a EJA, mas que atualmente não está matriculado em instituições de ensino.



Como fazer?

- * Selecione os profissionais responsáveis na equipe da Secretaria de Educação, reunindo competência de análise de dados quantitativos, relacionamento interpessoal (para construção de cooperação com outras Secretarias) e experiência de uso e manuseio de planilhas.
- * Solicite a listagem de cidadãos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio para as áreas de Saúde e de Assistência Social, bem como daqueles registrados como não alfabetizados. Esses dados costumam ser coletados em fichas sociais.

➤ Do nível 2 para o nível 3

A transição para o nível 3 considera a **adoção de um planejamento sistemático e contínuo** do mapeamento da demanda potencial, com a realização, pelo menos uma vez ao ano, do cruzamento de dados provenientes de múltiplas bases. É fundamental **coletar dados pessoais das pessoas com Educação Básica incompleta**, tais como nome, idade, endereço completo, CPF e grau de escolaridade, para subsidiar a busca ativa de matrículas.

Ademais, a **sistematização dos resultados do levantamento realizado em relatórios e painéis públicos** permite acompanhar a evolução da demanda ao longo do tempo, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo das políticas públicas de EJA.

Como fazer?

- * A SECADI/MEC criou uma plataforma nacional para ajudar os municípios a conhecerem sua demanda potencial de EJA, o **CadEJA**, usando dados do CadÚnico.



LINK NÃO
FUNCIONA

- * A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) oferece cursos gratuitos em análise de dados e em construção de painéis gerenciais. Sua rede pode propiciar tais formações para a equipe de profissionais responsáveis.

CURSO 1

Introdução à Ciência de Dados: conceitos e ferramentas.

Acesse aqui!



CURSO 2

Análise de Dados: uma leitura crítica das informações.

Acesse aqui!



CURSO 3

Visualização de Dados aplicada à Transformação Digital.

Acesse aqui!



➤ Do nível 3 para o nível 4

No estágio mais avançado da rota de progressão, o mapeamento da demanda potencial deve ser contínuo, intersetorial e georreferenciado, tendo como base o **cruzamento de dados disponíveis**, tais como dados de atendimento dos postos de saúde e de eleitores a partir do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e do CadÚnico, permitindo **identificar populações e territórios prioritários**.

Nesse nível, a instituição do **Comitê Territorial do Pacto pela Educação de Jovens e Adultos (Pacto EJA)** configura-se como elemento central para a formalização de protocolos de cooperação entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social/Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico/Trabalho, Igualdade Racial, Habitação e Segurança Pública.

Como fazer?

- * Conheça a **Portaria nº 884, de 30 de agosto de 2024**, que orienta a governança do Pacto EJA, tendo o Comitê Territorial como uma instância fundamental nesse processo.
- * Formalize, no âmbito do Comitê, protocolos de cooperação e rotinas de gestão e governança intersetorial permanente entre as Secretarias (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública).
- * Considere como referência as potenciais populações prioritárias, identificando se o caso está presente em seu município ou estado, utilizando preferencialmente dados georreferenciados:
 - » População indígena.
 - » População quilombola.
 - » População do campo, das águas e das florestas.
 - » Populações ribeirinhas, caiçaras e de outras comunidades tradicionais.
 - » Pretos e pardos.
 - » Famílias com baixa renda inscritas no CadÚnico.
 - » População feminina 50+, entre outras.



2. MOBILIZAÇÃO PRÉVIA AO PROCESSO DE MATRÍCULA			
NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
A rede de ensino não realiza mobilização prévia para o processo de matrícula na EJA.	A rede de ensino realiza mobilização para matrícula na EJA anualmente , mas sem planejamento conjunto com as escolas e usando apenas um canal de comunicação.	A rede de ensino realiza, semestralmente , mobilização para matrícula na EJA com ênfase nas populações e nos territórios prioritários identificados a partir da demanda potencial. Utiliza diversos meios de comunicação (redes sociais, carros de som, rádio etc.) para a divulgação do processo de matrícula.	A rede de ensino realiza, semestralmente, mobilização para matrícula na EJA com ênfase nas populações e nos territórios prioritários identificados a partir da demanda potencial. Ademais, aciona a rede intersetorial e de atores da sociedade civil (equipamentos de outras Secretarias, cooperativas, igrejas, etc.) para participarem ativamente do processo.

Rota de progressão

➤ Do nível 1 para o nível 2

O primeiro passo para a realização de mobilização prévia para o processo de matrícula na EJA pressupõe a **implementação anual de ações de comunicação sobre a EJA antes do início do calendário oficial de matrículas da rede**. Essa prática assegura a integração da EJA ao planejamento educacional da rede.

Nesse sentido, é necessário **desenvolver materiais básicos de divulgação, com definição do cronograma e dos responsáveis pela execução dessa comunicação**. Esse processo, mesmo quando inicial, já representa um avanço em relação a ações esporádicas e não planejadas de mobilização.



Como fazer?

- * Elabore um **cronograma anual de mobilização alinhado ao período de matrículas da rede**, garantindo que as ações de divulgação ocorram antes e durante esse período.
- * Na Secretaria de Educação, defina os responsáveis pela execução, pelo acompanhamento e pelo registro das ações realizadas. Eles devem possuir competências técnicas de utilização de ferramentas e sistematização de dados e informações, de planejamento e gestão e de comunicação.

O que deve ser comunicado?

- * Quando será o período de matrícula.
- * Em quais escolas e/ou sistemas fazer a matrícula.
- * O que será preciso organizar quanto à documentação.

É primordial planejar a produção e a distribuição de cartazes e panfletos, as publicações em redes sociais e a veiculação de anúncios em rádios locais, garantindo que a mobilização alcance o público mais distante da escola.

➤ Do nível 2 para o nível 3

O avanço para o nível 3 pressupõe a **realização de mobilização para a matrícula na EJA semestralmente** (afinal, o processo de matrícula nas turmas dessa modalidade de ensino não deve se dar apenas uma vez no ano) e em articulação direta e integrada entre a rede de ensino e as escolas.

Nesse estágio, o planejamento das campanhas de mobilização torna-se mais estruturado, já que também **é realizado em articulação com os agentes de governança do Pacto EJA, aproveitando os materiais produzidos pelo MEC e com foco nas populações e nos territórios previamente identificados**.

Além disso, institui-se o **monitoramento anual da adesão e da participação das escolas nas ações de mobilização**, a partir do mapeamento da demanda potencial realizado anteriormente, possibilitando a avaliação do alcance das campanhas e o aprimoramento contínuo das estratégias adotadas.

Como fazer?

- * Planeje as campanhas juntamente às escolas, desenvolvendo materiais de divulgação que trazem orientações específicas para a matrícula e adaptadas às características do território, privilegiando os canais de maior alcance na comunidade, tais como:
 - » Redes sociais.
 - » Jornais.
 - » Rádio.
 - » Carro de som.
 - » Televisão.
- * O MEC criou o *Kit* de Chamada Pública, com materiais de comunicação disponíveis na versão digital. **Escaneie o QR Code e tenha acesso.**
- * No processo de mobilização, utilize também os dados do estudo do MEC sobre o **Retorno Econômico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Por exemplo, a conclusão da EJA de anos iniciais do Ensino Fundamental leva a um ganho significativo de quase 25% na renda média do cidadão conculinte. Isso reforça o poder transformador da alfabetização, mesmo em idades mais avançadas.
- * Mantenha o monitoramento em dia com a planilha-modelo de sistematização das informações sobre adesão e participação das escolas nas ações de mobilização.



Como fazer?

- * **Acesse também o Guia de Uso dos Recursos do PDDE Equidade EJA** e veja como **as escolas podem usar recursos descentralizados** (inclusive do PDDE Básico) para realizar atividades de mobilização.
- * Conheça as funções dos agentes de governança do Pacto EJA. **Acesse aqui o Caderno de Orientações para Agentes de Governança do Pacto EJA.**



➤ Do nível 3 para o nível 4

No nível mais avançado, a mobilização prévia semestral para o processo de matrícula na EJA é **instituída com processos de monitoramento e avaliação que verificam o alcance, a efetividade e os resultados das ações implementadas.**

A mobilização assume um caráter intersetorial, fortalecendo a articulação institucional e ampliando o engajamento social. Essa integração potencializa o alcance às populações e aos territórios prioritários, assegurando que a mobilização para a EJA se configure como uma estratégia contínua, orientada por evidências e alinhada à garantia do direito à educação ao longo da vida.

Como fazer?

- * Defina, no calendário oficial da rede de ensino, duas campanhas de mobilização por ano, articuladas ao período de matrículas.
- * Estabeleça metas e indicadores, conforme diretrizes e objetivos estratégicos da Secretaria de Educação, para monitorar e avaliar os resultados de acesso, permanência e conclusão, bem como relacioná-los às ações de mobilização realizadas.

Como fazer?

- * Para entender como construir boas metas e indicadores, acesse o **Guia Referencial produzido pela Enap**.
- * Realize consultas populares por meio pesquisas de opinião e/ou ferramentas estruturadas de cadastro de demanda, utilizando os resultados para o ajuste contínuo das estratégias adotadas.
- * Envolver ativamente outras Secretarias e parceiros locais — **como Assistência Social, Saúde, Comunicação, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Sistema Nacional de Emprego (SINE), associações comunitárias e de moradores, cooperativas, igrejas** — na mobilização ao processo de matrícula.



De olho na indução!

Os estudantes da EJA podem ser beneficiários do Programa Pé-de-Meia, desde que atendam os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Governo Federal, quais sejam:

- * Ter idade entre 19 e 24 anos.
- * Estar regularmente matriculado no Ensino Médio na rede pública de ensino.
- * Pertencer à família inscrita no CadÚnico para programas sociais do Governo Federal, com renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário-mínimo.
- * Ter Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- * Manter a frequência escolar mínima de 80%.
- * Não ser pessoa privada de liberdade.

Gestor, **saiba mais** no *link* a seguir e fortaleça a Chamada Pública da sua rede de ensino divulgando essas informações: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/como-funciona>.



3. MAPEAMENTO E REGISTRO DA DEMANDA POR MATRÍCULAS NA EJA

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
A rede de ensino e suas escolas não mapeiam e não registram as pessoas interessadas em estudar na EJA.	A rede de ensino e suas escolas mapeiam a demanda por matrícula na EJA de maneira isolada ou sem padronização do registro pelo menos uma vez ao ano .	A rede de ensino mapeia, registra e analisa a demanda por matrícula na EJA semestralmente , por meio do CadEJA . As escolas do território participam ativamente desse processo, com pelo menos um servidor em cada escola formado em como fazer o registro da demanda.	A rede de ensino mapeia, registra e analisa a demanda por matrícula na EJA de forma contínua, via CadEJA , tendo pelo menos um servidor formado em cada escola para operá-lo. Além disso, as equipes dos diferentes equipamentos públicos no território participam do registro em perspectiva intersetorial. Os dados são organizados por populações e territórios prioritários.

Rota de progressão

➤ Do nível 1 para o nível 2

O primeiro passo para o mapeamento e o registro da demanda por matrículas na EJA pressupõe que **as escolas sejam incentivadas a registrar a demanda efetiva por vagas**, pelo menos uma vez ao ano.

Como fazer?

- * Registre a demanda por vagas antes do período de matrículas, por meio de procedimento definido pela escola. Geralmente, essa atividade é feita em planilhas ou fichas padronizadas.

Como fazer?

- * Obtenha informações que são importantes de serem coletadas para se localizar a pessoa posteriormente – nome, local de residência, equipamento público que frequenta, contato, melhor horário para contato, último ano de estudo.

➤ Do nível 2 para o nível 3

O **avanço para o nível 3** requer a definição e a implementação **semestral** de procedimentos padronizados que envolvam o mapeamento, o registro e a análise da demanda por matrícula na EJA.

Nesse estágio, a Secretaria de Educação deve garantir que **todas as escolas do território contem com, no mínimo, um servidor capacitado** para operar o CadEJA, oferecendo apoio às pessoas interessadas no registro de sua manifestação de interesse.

Além disso, é fundamental **criar rotinas regulares de atualização e validação dos registros**, com foco na identificação de populações e territórios prioritários.

Como fazer?

- * Elabore procedimento padronizado para mapeamento, registro e análise da demanda por EJA semestralmente, com orientações e fluxos claros para coleta, inserção e validação dos dados, utilizando o **CadEJA. Acesse aqui!**
- * **Acesse o Roteiro** para identificar territórios e populações prioritárias da EJA, produzido pela SECADI/MEC para apoiar os municípios.



LINK NÃO
FUNCIONA

Como fazer?

- * Ofereça formações (presenciais ou *on-line*) e apoio técnico, bem como disponibilize tutoriais, vídeos e materiais de apoio a fim de capacitar pelo menos um servidor de cada escola para operar o CadEJA.
- * Elabore relatórios semestrais contendo as informações atualizadas sobre a demanda por matrículas na EJA (tais como: total de manifestações por interesse, perfil do público, distribuição territorial por demanda, comparações com semestres anteriores etc.), identificando os territórios com maior concentração de demanda e as regiões com baixa oferta frente à demanda.

➤ Do nível 3 para o nível 4

No nível mais avançado da rota de progressão, a rede de ensino **regulamenta o sistema informatizado de identificação da demanda por EJA como ferramenta oficial e contínua** para identificar e analisar a demanda por matrícula nessa modalidade. **Os dados gerados por esse sistema passam a ser plenamente integrados aos processos de planejamento da rede**, fornecendo suporte sistemático para a organização das turmas, a definição dos locais de oferta e o direcionamento das campanhas de matrícula.

Os registros de demanda são organizados e analisados para **identificar as populações e os territórios prioritários**, orientando o planejamento da oferta de forma mais equitativa. A Secretaria de Educação fortalece a articulação intersectorial, **estabelecendo fluxos de cooperação com as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Segurança Pública** para apoiar o registro da demanda, localizar as pessoas interessadas e mobilizá-las para a matrícula na EJA.

Além disso, **institui-se a análise longitudinal da variação da demanda registrada**, considerando os diferentes perfis de público identificados, o que possibilita compreender tendências, recorrências e mudanças ao longo do tempo.

E, ainda, como parte desse processo, são **estabelecidas rotinas de devolutiva às pessoas com demanda registrada no sistema**, garantindo comunicação ativa, acompanhamento contínuo e maior efetividade das ações de mobilização e matrícula na EJA.

Como fazer?

- * Utilize os dados coletados via sistema do **CadEJA** ou equivalente para definir a abertura, a manutenção ou a reorganização das turmas de EJA e para incorporar os indicadores de demanda por EJA nos instrumentos de planejamento da rede.
- * Classifique os registros por território, faixa etária, etapa de ensino e perfil socioeducacional, produzindo relatórios com foco nas populações e nos territórios prioritários.
- * Firme ações de cooperação com as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, integrando as informações e as ações já existentes nas outras políticas públicas. Utilize o Comitê Territorial do Pacto EJA para construir tais ações cooperativas.
- * Acompanhe as variações na procura por EJA ao longo do tempo, identificando as tendências de crescimento, queda ou estabilidade da demanda, além das recorrências (ex.: perfis que buscam matrícula, mas não se efetivam).



LINK NÃO
FUNCIONA

De olho na **indução!**

Utilizar o CadEJA para registrar a demanda por EJA e posteriormente garantir vagas a este público é uma das formas mais efetivas de avançar no atendimento em EJA no seu município ou estado.

Isto porque boa parte dos territórios têm demanda potencial de EJA, mas sem que as pessoas não alfabetizadas ou que não concluíram a Educação Básica efetivamente se matriculem como estudantes da modalidade.

As redes de ensino que ampliarem o atendimento de EJA podem ter um apoio a mais do Ministério da Educação: **a concessão da Medalha Paulo Freire**.

Forjada em bronze, produzida pela Casa da Moeda exclusivamente para esta finalidade, ela é destinada a 20 secretarias municipais e estaduais de educação, acompanhada de apoio financeiro no valor de R\$ 200 mil por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Seu objetivo é identificar, reconhecer, estimular e disseminar práticas educacionais relevantes que contribuam efetivamente para a superação do analfabetismo e para a qualificação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fortalecendo políticas públicas educacionais nos territórios. Sua rede de ensino também pode receber esta honraria!



4. ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PARA EFETIVAÇÃO DAS MATRÍCULAS

NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
A rede de ensino não tem processos estruturados para abertura de novas turmas e efetivação de matrículas da EJA. As escolas fazem esse processo de forma isolada.	A rede de ensino define, apenas em um período específico no ano, as escolas que ofertarão EJA, bem como o número de vagas, orientando-as de forma genérica sobre como fazer a divulgação e o atendimento da população para a efetivação da matrícula.	A rede de ensino tem processo semestral para efetivação da matrícula, que é mobilizada a partir do CadEJA, garantindo atendimento para as populações e os territórios prioritários. Além disso, a rede de ensino assegura que as escolas que atenderão à demanda identificada funcionem ao longo do ano nos três turnos para efetivação da matrícula.	A rede de ensino tem processo coordenado para efetivação da matrícula a qualquer tempo, sem data-corte e com períodos semestrais de mobilização intensificada, de forma integrada entre as Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde. A matrícula é mobilizada garantindo atendimento para as populações e os territórios prioritários, observando as características dos sujeitos durante o processo de matrícula e assegurando a abertura das escolas que atenderão à demanda identificada ao longo do ano nos três turnos. Continuamente, a rede de ensino realiza análise dos processos da Chamada Pública, utilizando dados e indicadores desagregados considerando os públicos prioritários.



Rota de progressão

➤ Do nível 1 para o nível 2

O primeiro passo para a organização das escolas visando à efetivação das matrículas pressupõe que a rede de ensino **defina, no final do ano letivo anterior, as escolas que ofertarão turmas de EJA, bem como o quantitativo de vagas disponíveis e os turnos de funcionamento**. A Secretaria também deve elaborar orientações básicas para as unidades escolares, contemplando os procedimentos operacionais do processo de matrícula, os fluxos de atendimento ao público, a documentação necessária, os critérios de organização de turmas, bem como as estratégias de comunicação com a comunidade.

Embora ainda concentradas em um único período do ano e com caráter geral, essas ações representam um avanço relevante ao introduzirem mais padronização, previsibilidade e organização institucional para a efetivação das matrículas na EJA.

Como fazer?

- * Mapeie as escolas com condições de ofertar EJA, observando a localização em relação à demanda (incluindo a abertura de turmas de extensão na comunidade), definindo o quantitativo de vagas e os turnos de funcionamento conforme o perfil da demanda (matutino, vespertino e noturno).
- * Produza documento orientador com diretrizes comuns às escolas para matrícula na EJA, destacando procedimentos de divulgação e recomendações sobre acolhimento e atendimento ao público



➤ Do nível 2 para o nível 3

O avanço para o nível 3 tem como fundamento a **realização de processo semestral de efetivação das matrículas, orientado pelo uso sistemático de dados da demanda mobilizada** (ver o *Macroprocesso Mapeamento e registro da demanda por matrícula na EJA*), provenientes do CadEJA ou de outras estratégias estruturadas.

Nesse estágio, a rede de ensino deve **garantir o funcionamento das Secretarias Escolares nos três turnos**, promovendo um atendimento adequado à população para a efetivação da matrícula.

Além disso, deve-se **organizar reuniões periódicas de reflexão e troca de experiências** entre a Secretaria de Educação e as escolas, com o objetivo de analisar resultados, identificar desafios e promover o aprimoramento contínuo dos procedimentos de matrícula na EJA.

Como fazer?

- * Defina dois períodos oficiais de matrícula na EJA no ano (um a cada semestre), inserindo-os no calendário oficial da rede de ensino.
- * Extraia do **CadEJA** a lista de pessoas com demanda registrada, monitorando sua conversão em matrícula efetivada.
- * Organize a escala de servidores para atendimento ao público nos turnos da manhã, da tarde e da noite, garantindo condições adequadas (espaço, equipamentos de TI, conectividade, sistema).
- * Realize encontros periódicos entre a Secretaria e as equipes escolares, a fim de compartilhar resultados, trocar experiências e registrar práticas exitosas e desafios recorrentes.



LINK NÃO
FUNCIONA

➤ Do nível 3 para o nível 4

No nível mais avançado, a rede de ensino **regulamenta o processo de matrícula na EJA**, permitindo que o estudante se inscreva a qualquer tempo e garantindo atendimento às populações prioritárias. O processo de matrícula **deve ser realizado tendo como base os dados do mapeamento da demanda**, feito por meio de sistema informatizado de identificação da demanda por EJA, em articulação com as Secretarias de Assistência Social e de Saúde.

A Secretaria de Educação **apoia sistematicamente as escolas ao longo de todo o ano**, garantindo orientações claras e atualizadas, o funcionamento das Secretarias Escolares nos três turnos e as especificidades e necessidades dos diferentes perfis de público atendidos.

Por fim, a rede de ensino **organiza processos permanentes de monitoramento e análise dos resultados da Chamada Pública**, com indicadores desagregados – como taxas de adesão, perfil do público atendido e distribuição territorial das matrículas.

Como fazer?

- * Regule, por Portaria interna, o processo de matrícula, que deve ser realizado de forma contínua e a partir dos dados de demanda extraídos do CadEJA, planejando as datas de abertura de turmas e firmando acordos de cooperação intersetorial, identificando os pontos focais em cada Secretaria (Assistência Social, Saúde...).
- * Realize orientações sistemáticas às equipes escolares no que tange à adaptação e à flexibilização dos horários de atendimento ao público, considerando os três turnos (matutino, vespertino e noturno).
- * Monitore os resultados da Chamada Pública, comparando dados (demanda registrada comparada com as matrículas realizadas), identificando gargalos e ajustando e aperfeiçoando a oferta no ciclo seguinte.



CONFIRA EXEMPLOS REAIS DE AÇÕES DE BUSCA ATIVA DAS REDES DE ENSINO NAS REDES DE ENSINO:

1



2



3



De olho na **indução!**

Na última década, o fator de ponderação da EJA no âmbito do Fundeb permaneceu fixado em 0,8, abaixo do valor de referência estabelecido em 1. Em 2024, esse fator foi reajustado em **25%**, sinalizando a ampliação do aporte orçamentário do Governo Federal às redes de ensino. Esse reajuste fortalece as condições de financiamento da EJA e cria um cenário mais favorável à expansão do número de matrículas nessa modalidade.

Hoje, no mínimo, uma matrícula a mais de EJA significa **R\$ 5.962,79 adicionais** para a rede de ensino. Cem matrículas são R\$ 596.279,00 de receita do Fundeb.

Além disso, as escolas que possuem turma de EJA são elegíveis para receber o Programa Dinheiro Direto na Escola para Educação de Jovens e Adultos (PDDE EJA), cujo objetivo é apoiar a qualificação da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares, contribuindo para seu fortalecimento e consolidação.

Para saber mais, [escaneie o QR Code.](#)





Pacto pela
Superação do
Analfabetismo
e Qualificação na Educação
do Jovem e Adulto

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO